

A Saúde entre a Mídia e a Comunicação Pública: resultados preliminares de uma investigação

LETÍCIA GODINHO DE SOUZA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP/MG

LARISSA PEIXOTO VALE GOMES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

NAYARA FERREIRA VILELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:

As autoras agradecem à Fapemig - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - , agência responsável pelo financiamento da pesquisa.

A SAÚDE ENTRE A MÍDIA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: resultados preliminares de uma investigação¹

1. Introdução

O presente texto apresenta achados preliminares de uma investigação em curso que busca compreender alguns dos desafios da implementação do SUS no Brasil, relacionados ao tema da comunicação e da formação da opinião pública sobre o sistema de saúde. Partimos do princípio de que a percepção pública acerca da saúde no Brasil é decisiva para o processo de implementação desta política. Buscando compreender como centros externos (a *mídia*) produzem informação sobre o SUS e impactam na construção da sua imagem, buscamos realizar uma análise de enquadramento das notícias produzidas sobre o SUS, por dois importantes veículos de notícia brasileiros, com ampla circulação nacional e regional, ao longo de cinco anos (2014-2019).

Parte-se do suposto de que o enquadramento das notícias produzidas sobre o SUS influencia fortemente o debate e o fazer político sobre o sistema e sobre a saúde pública. Pode-se dizer, a partir de DiMaggio (1997) e Campbell (2001), que tais notícias, por exemplo, sugerem, no debate público razões para se adotar um curso de ação específico; oferecem “mapas cognitivos” que guiam as ações dos atores políticos; difundem símbolos e esquemas discursivos para tornar determinadas linhas de ação atrativas, convincentes e legítimas. Os enquadramentos produzidos pela mídia intermedeiam, portanto, o processo de difusão das ideias para distintas arenas públicas, incidindo sobre e transformando as estruturas cognitivas que subjazem os debates públicos explicitados, fornecendo a base a partir da qual os atores definem e articulam os problemas em torno da saúde, suas soluções, em *scripts* já institucionalizados.

Esses processos, por meio dos quais a mídia influencia o processo de formação da opinião pública sobre o SUS, se dão no contexto do próprio desafio de construção de uma *comunicação pública em saúde* no Brasil, conceito que deve levar em consideração tanto a atuação das instituições públicas quanto as privadas em torno desse bem público (KUCINSK, 2007).

2. Breve revisão da literatura

A comunicação pública em saúde tem sido, em geral, aplicada a situações de saúde pública que exigem atenção e medidas individuais a serem adotadas pela população (KUCINSK, 2007). Haveria pouca inovação em torno dessa comunicação, e ela se manteria sobre bases higienistas e preventivistas, que pensam a comunicação apenas como uma estratégia sazonal ou emergencial (ARAÚJO et al., 2019). Essa “tradição” de comunicação adviria, assim, do início do século XX e se manteria no caminho contrário dos preceitos de inclusão e participação proclamados pelo SUS.

Paralelamente, outra direção teria se desenvolvido, relacionada ao advento de novas tecnologias e novas formações. No entanto, segundo a literatura, ainda assim não haveria um processo de efetiva inclusão e diálogo, pois estaria focada em uma alta especialização, em termos de qualificação e tecnológica. Seja como for, em ambas as “tradições” se manteria a presença ainda forte de uma direção conservadora e autoritária, focada nas assessorias de imprensa e nos meios tradicionais de transmissão da informação em saúde. Sobretudo, nessas

¹ As autoras agradecem à Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, responsável pelo financiamento da pesquisa.

direções, fortalecer-se-ia a ideia da fala autorizada e qualificada, e o paciente seria visto como “usuário”, receptor da informação e/ou “consumidor” (ARAÚJO, 2013).

Além da característica da verticalização da comunicação, que ocorreria do Estado para o cidadão; da sazonalidade e da emergencialidade, a comunicação em saúde também seria centralizada e concentrada no nível federal (logo, fortemente desconectada do contexto local), em uma sequência de “autorizações”. O uso de novas tecnologias e o contexto político-institucional não modificaria o paradigma: os mesmos processos seriam, no máximo, inseridos em novos métodos, mas que não dão conta das novas demandas de criação de diálogos, dadas pelos novos contextos, tecnológico e político.

O papel das assessorias de imprensa ou de comunicação constituiriam, por sua vez, um fator à parte. “Colocar na mídia” e “defender da mídia” seriam funcionalidades em busca de um ideal de “construção de imagem” (KUCINSK, 2007). Essa dinâmica geraria uma relação de “amor e ódio” entre a mídia e o setor de saúde, agravado por um diálogo feito por assessores que via de regra não entenderiam a política setorial (ARAÚJO, 2013). Mesmo em iniciativas que buscam a descentralização e o diálogo, haveria pouca busca em “ouvir” ou mesmo garantir o acesso à informação – a fala permitida seria a fala qualificada e a expectativa, a de que o usuário buscasse a informação e a entendesse por conta própria, sem interlocução (MAIA, 2019; MARTINS, 2019; SANTOS, 2007). Por outro lado, outra lacuna seria a falta de formação de porta-vozes que pudessem atuar junto à mídia, fazendo uso estratégico dela, promovendo uma comunicação positiva sobre o SUS. Segundo Araújo, “colocar na mídia”, mas sem buscar construir imagem, ou seja, no sentido de uma “política de comunicação do SUS e não para o SUS” (ARAÚJO, 2013: 42). A própria efetivação da disseminação da informação em saúde como direito, e não como mercadoria. Por outro lado, a mídia, quando muito, não tem interesse qualquer nessa relação e está satisfeita em buscar *releases*, diretrizes e as falas “autorizadas”. Não existe um relacionamento entre as partes.

Um dos raros estudos que busca aprofundar a questão denomina a estratégia midiática de “construção do SUS-problema” (SILVA, RASERA, 2019). Essa estratégia define o SUS em si como problemático, ideia diversa daquela que consideraria o SUS um aparato governamental com problemas a serem resolvidos. Os autores identificam as estratégias discursivas que enquadram essa estratégia: o uso da sigla “SUS” em matérias de cunho negativo; o uso constante da palavra “crise” nas notícias, denotando um problema sistêmico e não pontual; o uso recorrente da lembrança de aspectos ruins, mesmo quando a notícia é positiva; a ironização do SUS, colocando-o como “burocrático”, “sem sentido”; finalmente, o uso de estratégias de discurso que estabelecem o SUS/governo como “réus” e geram desconfiança e o uso de dados agregados e descontextualizados, de difícil compreensão.

3. Metodologia

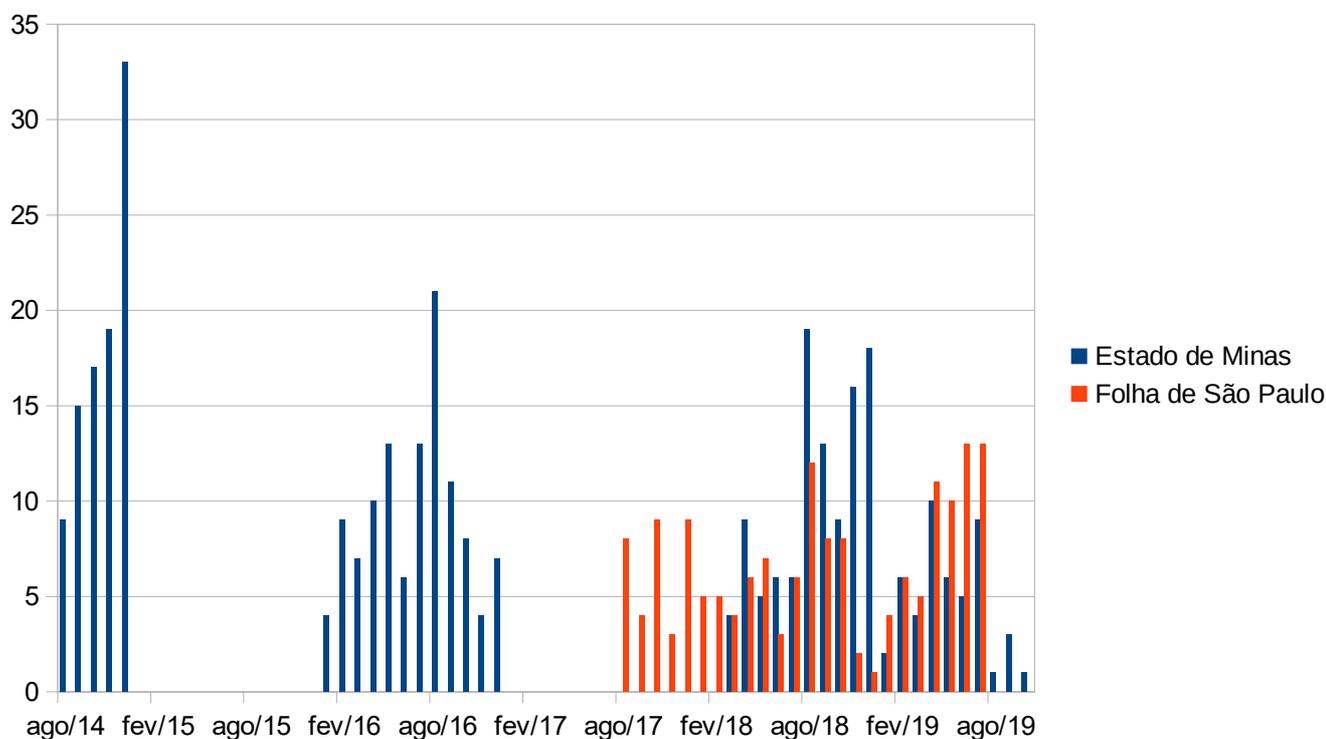
Nesta seção, explicitamos as estratégias desenvolvidas para cumprir os objetivos da pesquisa. Buscou-se investigar padrões gerais a respeito do modo como a grande mídia produz ou influencia a comunicação pública sobre o SUS, a partir de análise de conteúdo das notícias produzidas. A estratégia metodológica principal da investigação partiu da construção de um banco de dados com as notícias sobre o SUS. Realizamos um mapeamento de todas as notícias veiculadas por dois jornais escolhidos, Folha de São Paulo e Estado de Minas, no período compreendido entre 2014-2019, totalizando 520 notícias. Seu conteúdo foi analisado quantitativamente, a partir de ferramentas de estatística descritiva do programa Excel, e qualitativamente, com o apoio do software NVivo.

Realizamos a análise do enquadramento a partir da leitura de todas as notícias identificadas, selecionadas e filtradas, tendo em vista sua adequação ou não aos objetivos da pesquisa. Em seguida, as notícias foram codificadas e categorizadas. Dentre os códigos criados, as notícias foram classificadas de acordo com seu teor e seu sentido em: “positivas”, quando evocavam valores ou qualificações positivas do SUS; “negativas”, quando o tom das notícias expressava crítica; “ambivalentes”, quando a notícia continha ambos os posicionamentos, apresentando, por vezes, tons contraditórios; por fim, “neutras”, quando não se emitia juízo de valor a respeito do SUS. Outras variáveis ou códigos, tais como: data da notícia, local a respeito do qual falava a notícia, fonte, tema, entre outras, também foram criadas e coletadas. A partir da tabulação dos dados, foram feitas as estatísticas descritivas, elaborados gráficos e tabelas; além de outras análises com o apoio do software NVivo, como contagem de palavras, identificação de temas emergentes, árvore e nuvem de palavras, quadros matriciais, mapas de palavras – para discussão de tendências e padrões.

4. Os achados

O banco de dados da pesquisa compreende um total de 520 notícias, que foram coletadas utilizando-se dos respectivos mecanismos de buscas dos portais de notícias do Estado de Minas (EM) e da Folha de São Paulo (FSP), a partir da palavra-chave “SUS”. A escolha foi feita tendo em vista os jornais serem tradicionais e grande circulação regional e nacional, respectivamente, embora reconhecemos a limitação em usar somente estes dois meios. Por outro lado, os métodos da pesquisa são facilmente replicáveis para qualquer outro jornal impresso/online. É importante notar a defasagem com relação ao EM que, por um problema no seu sistema de busca que existe até mesmo internamente, alguns meses/anos se encontram desfalcados.

Gráfico 1. Distribuição das notícias coletadas no Estado de Minas e Folha de São Paulo, entre 2014 e 2019, por mês.



Conforme se visualiza a partir do Gráfico 1, elas não se encontram distribuídas uniformemente, tanto do ponto de vista da quantidade de notícias coletadas em ambos os veículos nem do ponto de vista temporal. Em parte, esse desequilíbrio tem a ver com o fato de que as notícias produzidas em determinados períodos encontravam-se inacessíveis junto aos portais, impedindo sua coleta. 358 notícias foram produzidas pelo EM e 162, pela FSP. As notícias da FSP representam 32% do total e foram publicadas entre agosto de 2017 e julho de 2019. As do EM representam 68% e são datadas de agosto de 2014 a julho de 2019, excetuando-se o período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018, que se encontrava indisponível no portal de notícias (a indisponibilidade foi confirmada pelo veículo).

A Tabela 1 mostra uma distribuição mais equitativa das notícias no período em que há coincidência na coleta das notícias entre os dois veículos, ou seja, entre março de 2018 a julho de 2019, somando-se 266 casos.

Tabela 1. Distribuição das notícias coletadas no Estado de Minas e Folha de São Paulo, entre março de 2018 a julho de 2019, por mês.

Mês/ano	Estado de Minas	Folha de São Paulo	Total
mar/18	4	4	8
abr/18	9	6	15
mai/18	5	7	12
jun/18	6	3	9
jul/18	6	6	12
ago/18	19	12	31
set/18	13	8	21
out/18	9	8	17
nov/18	16	2	18
dez/18	18	1	19
jan/19	2	4	6
fev/19	6	6	12
mar/19	4	5	9
abr/19	10	11	21
mai/19	6	10	16
jun/19	5	13	18
jul/19	9	13	22
Total	147	119	266

Observa-se que, considerando apenas esse recorte, o EM concentra 55,2% das notícias e a FSP, 44,7%. Nesse período, agosto de 2018 é o mês que concentra o maior número de casos, em ambos os veículos.

Tabela 2. Distribuição das notícias coletadas no Estado de Minas e Folha de São Paulo, entre 2014 e 2019, por ano.

Anos	Estado de Minas	Folha de São Paulo	Total	%
2014	93	0	93	17,88
2016*	113	0	113	21,73
2017	0	33	33	6,35
2018*	105	67	172	33,08
2019	47	62	109	20,96
Total	358	162	520	100,00
%	68,85	31,15	100	100,00
*Anos eleitorais				

Nas Tabelas 2 e 3, vemos que anos eleitorais concentram um maior número de notícias sobre o SUS – tanto quando consideramos o total de notícias, quanto apenas aquelas concentradas no período de coleta coincidente entre os dois jornais.

Tabela 3. Distribuição das notícias coletadas no Estado de Minas e Folha de São Paulo, entre março de 2018 a julho de 2019, por ano.

Anos	Estado de Minas	Folha de São Paulo	Total	%
2018	105	57	162	60,90
2019	42	62	104	39,10
Total	147	119	266	100,00
Frequência (%)	55,26	44,74	100,00	

Quando se analisa o enquadramento das notícias dado pelos jornais, observa-se uma maioria de notícias negativas, em proporções parecidas em ambos: elas representam mais de 40% das notícias produzidas. Em torno de 20% são positivas; pouco menos de 20% das notícias são ambivalentes, ou seja, são enquadradas de forma a incluir apreciações tanto positivas quanto negativas acerca do SUS. Por fim, 20% das notícias são neutras (Tabela 4). Essas proporções não se alteram significativamente quando analisamos apenas o período de coleta coincidente entre os dois periódicos (Tabela 5).

Tabela 4. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, pelo tipo de enquadramento dado.

Enquadramento	N	%
Positiva	123	23,65
Negativa	234	45,00
Ambivalente	69	13,27
Neutra	94	18,08
Total	520	100,00

Tabela 5. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, entre março de 2018 a julho de 2019, pelo tipo de enquadramento dado.

Enquadramento	N	%
Positiva	55	20,68
Negativa	119	44,74
Ambivalente	45	16,92
Neutra	47	17,67
Total	266	100,00

A distribuição tampouco se altera significativamente quando se considera a distribuição do enquadramento em cada um dos jornais, separadamente, conforme se observa nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 6. Distribuição das notícias coletadas, por enquadramento e veículo.

Enquadramento	Estado de Minas	%EM	Folha de São Paulo	%FSP
Positiva	91	25,42	32	19,75
Negativa	151	42,18	83	51,23
Ambivalente	29	8,10	40	24,69
Neutra	87	24,30	7	4,32
Total	358	100	162	100

Tabela 7. Distribuição das notícias coletadas, entre março de 2018 a julho de 2019, por enquadramento e veículo.

Enquadramento	Estado de Minas	%EM	Folha de São Paulo	%FSP
Positiva	27	18,37	28	23,53
Negativa	61	41,50	58	48,74
Ambivalente	15	10,20	30	25,21
Neutra	44	29,93	3	2,52
Total	147	100	119	100,00

Assim, o número de notícias negativas sobre o SUS é sempre duas vezes ou mais o número de notícias positivas, e ainda maior do que as notícias ambivalentes ou neutras, mesmo quando se considera o período (Tabela 8),

Tabela 8. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, por ano e enquadramento.

Anos	Positiva	Negativa	Ambivalente	Neutra	Total
2014	36	20	10	27	93
2016*	27	66	4	16	113
2017	4	20	8	1	33
2018*	34	76	34	28	172
2019	22	52	13	22	109
Total	123	234	69	94	520

Quanto à localidade referida pela notícia, tem-se 60% de notícias de abrangência nacional, do total de notícias produzidas por ambos os jornais. 12% das notícias são circunscritas a Minas Gerais (noticiadas pelo EM; o FSP não escreve sobre MG); e 19%, ao estado de São Paulo. Outros estados aparecem em apenas 7 notícias (1,47%) (Tabela 9). A distribuição não se altera significativamente quando se analisam apenas as notícias coletadas no período coincidente a ambos os veículos (Tabela 10).

Tabela 9. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, de acordo com a localidade abrangida.

	N	%
Nacional	315	60,58
Minas Gerais	105	20,19
São Paulo	93	17,88
Outros estados	7	1,35
Total	520	100,00

Tabela 10. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, entre março de 2018 a julho de 2019, de acordo com a localidade abrangida.

	N	%
Nacional	151	56,77
Minas Gerais	66	24,81
São Paulo	46	17,29
Outros estados	3	1,13
Total	266	100,00

A FSP produz mais notícias negativas do que o EM. Isso pode ser explicado pelo fato de que há um volume significativo de matérias do EM “sem fonte”, ou seja, notícias oriundas de parceria com outros jornais ou mesmo a própria assessoria de comunicação do SUS, que produzem “notícias de serviço” - para divulgação de ações da política, que são predominantemente neutras.

A distribuição entre notícias enquadradas de forma positiva, negativa, neutra ou ambivalente é alterada quando se analisa o segmento do SUS que é tema das notícias, conforme podemos ver nas Tabelas 11 e 12.

Tabela 11. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, por tema e enquadramento.

Temas	Positiva	Negativa	Ambivalente	Neutra	Total
Atenção Farmacêutica	6	32	9	10	57
Atenção Hospitalar/ especializada	32	44	11	6	93
Atenção Primária	45	43	14	43	145
Financiamento/recursos	8	28	14	10	60
Gestão/Políticas de Saúde	25	59	21	11	116
Judicialização	1	12	0	5	18
Mais Médicos	3	7	0	6	16
SUS e saúde complementar	4	8	0	3	15
Total	124	233	69	94	520

Tabela 12. Distribuição das notícias coletadas no EM e FSP, entre março de 2018 a julho de 2019, por tema e enquadramento.

Temas	Positiva	Negativa	Ambivalente	Neutra	Total
Atenção Farmacêutica	1	18	6	1	26
Atenção Hospitalar/ especializada	14	18	6	3	41
Atenção Primária	24	26	11	31	92
Financiamento/recursos	5	13	9	5	32
Gestão/Políticas de Saúde	9	28	13	1	51
Judicialização	0	5	0	3	8
Mais Médicos	2	6	0	3	11
SUS e saúde complementar	0	5	0	0	5
Total	55	119	45	47	266

Quando se analisa a dimensão dos temas ou segmentos do SUS que são noticiados (Tabelas 9 e 10, acima), verifica-se que é a atenção primária que concentra a maior parcela de notícias cerca de um terço. Muitas noticiam vacinas e outros serviços, e por isso esse recorte temático concentra também uma grande parcela das notícias neutras (43/94 quando se considera a totalidade das notícias e 31/47, no caso das notícias coletadas no período coincidente entre os dois jornais).

O tema da gestão e das políticas de saúde também é objeto de muitas notícias, cerca de um quinto das notícias. Essa categoria enquadra muitos tópicos, que vão desde o tema da corrupção, da gestão do SUS às políticas de saúde. No Caderno Gerais do EM, o tema da “gestão” é o foco, segundo relata um dos entrevistados. Essa categoria concentra mais do que o dobro de notícias negativas em relação às positivas, nas quais o foco é a “corrupção” ou a má gestão no campo da saúde.

Em seguida, vem a atenção hospitalizar / especializada, com cerca de 18% das notícias. Há quase o dobro de notícias negativas sobre positivas, que em geral relatam problemas como falta de leitos, entre outros.

Na sequência, o tema “financiamento / recursos” concentra cerca de 12% das notícias e a “atenção farmacêutica”, cerca de 10%. No primeiro, as notícias negativas são predominantes (quase metade do total): relatam a dívida estatal, as dificuldades no repasse de verbas para a saúde; ou a má gestão no gasto público. A atenção farmacêutica também concentra uma proporção ainda mais alta de notícias negativas sobre positivas (18/1 e 32/6). Esse tema está inter-relacionado com a questão da judicialização da saúde. As notícias relatam a espera por remédios, e os dilemas relacionados a processar o SUS para resolver problemas de saúde, por parte de usuários.

Os temas “judicialização da saúde“ e “Mais Médicos” compõem com 3 a 4% das notícias. A judicialização concentra 13 notícias negativas e apenas 1 positiva, quando se consideram todas as notícias coletadas; e 5 notícias negativas e nenhuma positiva, no conjunto de notícias coletadas apenas no período coincidente. As notícias sobre o programa Mais médicos estão muito concentradas nos anos de 2014, 2016 e 2018, que são anos eleitorais. Em 2018, as notícias também tem relação com a interrupção do programa. A relação entre notícias negativas e positivas nesse tema é de 7/3 e 6/2. O tema da “saúde complementar” também só aparece em 4% das notícias. A relação entre notícias negativas e positivas, nessa temática, é de 8/4 e 5/0.

A Figura 1, a seguir, retrata a nuvem de palavras mais frequentes encontradas nas manchetes de todas as notícias coletadas.



Na nuvem de palavras, vê-se quais as palavras têm maior uso. Além de “saúde” e “SUS”, destacam-se as palavras “governo” (104 aparições), “pacientes” (94), “hospital” (90), “médicos” (81), seguidas de “ministério” (71), “medicamentos” (63), “vacinação” (57) e “política” (61). Já destacamos acima a relevância, para a mídia, do tema da gestão em saúde e da política, juntamente com o tema da atenção secundária e hospitalar, o que sustenta uma construção simbólica do SUS em torno dessas questões.

A palavra “problemas” e “crise” também são bastante frequentes; aparecem 29 e 20 vezes, respectivamente, como nas seguintes manchetes: “Crise nas prefeituras paralisa hospitais no interior de São Paulo” (EM, 12/12/2016); “A crise orçamentária da ciência brasileira ameaça

paralisar a produção de radiofármacos no País” (EM, 8/7/2016); “SUS apresenta problemas crônicos de subfinanciamento e ineficiência” (FSP, 25/8/2018); “Problemas de abastecimento acarretam na falta de medicamentos da rede pública de São Paulo” (FSP, 23/10/2018); “A Santa Casa culpa seus problemas na falta de financiamento pelo SUS, não na gestão” (27/8/2014). Esses achados apoiam a tese de Silva e Rases (2019) acerca da estratégia principal da mídia de construção do “SUS-problema”.

Ao lado da alta frequência de palavras como “governo” e “política” encontram-se também “ministério” (71 aparições), “ministro” (32) e país (53); em contrapartida, são muito esporádicas as palavras “prefeito” (apenas 4 aparições), “governador” (2) e “município” (5), no total de nas 520 manchetes e *leads* analisados, denotando a pouca importância dada ao nível político local no âmbito do SUS.

5. Conclusões

Os achados, ainda preliminares, da presente pesquisa contribuem para apoiar o argumento de que a percepção negativa construída sobre o SUS está concebida a partir de bases privatistas e mercadológicas. Essas bases têm fundamento na atuação da mídia, por um lado, mas também na ausência de prioridades, por parte da administração pública, na construção de uma comunicação efetivamente pública em saúde. Esse último aspecto foi salientado, neste *paper*, a partir da revisão da literatura e constitui objeto das entrevistas realizadas com gestores e outros atores do sistema de saúde, que complementam as estratégias de investigação levadas a cabo. Contudo, tendo em vista as limitações desta publicação, elas não são detalhadas neste trabalho.

Exploramos, neste, aspectos relacionados à atuação da mídia, procedendo a uma análise preliminar do enquadramento das notícias produzidas por dois jornais da chamada “grande mídia”. Essa análise busca tornar evidentes alguns padrões acerca do conteúdo das notícias que são veiculadas sobre o SUS, de modo a influenciar a formação da opinião pública negativa sobre a política de saúde.

A análise mostrou que as publicações sobre o SUS possuem um enquadramento majoritariamente negativo, mas a relação entre notícias negativas e positivas varia de acordo com a temática ou segmento do SUS ao qual dizem respeito. Se a atenção primária e a gestão da política são os temas que recebem maior atenção da mídia, por um lado; por outro, a gestão é o que concentra o maior número de notícias negativas – achado que se conforma à literatura. A atenção primária é o objeto preferencial das notícias positivas veiculadas sobre o SUS, e também neutras (as quais abarcam em sua maior parte notícias “de serviço”, ou seja, que dão publicidade a campanhas, por exemplo). Outro tema que concentra boa parte do julgamento negativo das notícias publicadas é a atenção hospitalar e especializada, seguida do tema “financiamento / recursos”.

Tais resultados se coadunam com a interpretação que defende o aprofundamento da comunicação pública em saúde. Para tanto, a comunicação deve aprofundar canais de interação tanto com o público, mas também incluir uma reflexão sobre o papel da mídia. Há um importante consenso na literatura sobre a necessidade de criação de canais de diálogo, em que a informação é construída e trocada, ao invés de meramente repassada. Mas é necessário também incluir a sociedade civil organizada no processo de construção da política de comunicação em saúde, no sentido de diminuir a assimetria entre os diversos grupos sociais que interagem nesse debate, problematizando sobretudo a atuação da mídia, de forma mais ampla e menos utilitária.

Avançar na discussão dos processos de formação da opinião pública e da comunicação em saúde como uma dimensão estruturante para o SUS é refletir acerca de uma necessária conscientização da esfera pública em relação às virtudes desse sistema. A investigação do vínculo entre comunicação e saúde pode favorecer o aperfeiçoamento das práticas internas e externas de divulgação do sistema e, principalmente, reintegrar essa agenda ao conjunto de reflexões valorizadas pela literatura sobre a política de saúde no país.

Em última instância, o debate avança também nas reflexões acerca da cidadania brasileira, pois uma cidadania carente de valores sanitários inviabiliza o próprio projeto de construção do SUS, que deve ser entendido para além de um projeto de construção institucional. O SUS é mais do que um serviço a ser institucionalizado progressivamente, mas uma dimensão fundadora da condição cidadã. Portanto, um dos principais ganhos que se espera produzir com a pesquisa diz respeito a aprofundar a compreensão e a importância que a comunicação tem para a realização dos objetivos do SUS, um tema que ainda não é central nas reflexões do campo sanitário, ou mesmo no campo do desenho, do planejamento e da avaliação da assistência à saúde. Em suma, a pesquisa contribui para tornar evidente que a saúde é afetada quando não se tem valores públicos constituídos no que diz respeito à formação de uma consciência sanitária.

6. Referências

ARAÚJO, I. Muito além da mídia – um modo de ver a articulação entre comunicação e saúde no âmbito do SUS. *In: CONASS Debate - Que saúde você vê?* 1ª edição. Brasília: CONASS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2013.

ARAÚJO, I. et alii. A comunicação no Sistema Único de Saúde: cenários e tendências. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 0, n. 10, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPBELL, J et al.. The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis. *In: The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton U. P., 2001.

DUARTE, J et al (Orgs.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

DI MAGGIO, P. Culture and cognition. **Annual Review of Sociology** 23. pp. 263-87, 1997.

KUCINSKI, B. Introdução. *In: DUARTE, Jorge; STUART, Adriana (Orgs.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LIMA, V. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: FPA, 2006.

RANGEL, M. Comunicação em vigilância sanitária. *In: COSTA, Ediné Alves (Org.). Vigilância sanitária: temas para debate*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, A. Por uma comunicação mais acolhedora: práticas e desafios da assessoria de comunicação social da ESP-MG. *In: SANTOS (Org.). Caderno Mídia e Saúde Pública: Comunicação em Saúde Pela Paz*. Belo Horizonte: ESP-MG, 2007.

SILVA, G et al. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 61–76, 2014.

SILVA, A. et alii. A importância da informação em saúde para o exercício do controle social. **Ciência & Saúde Coletiva**. 12 (3): 683-688, 2007.